

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

Wilson José Ferreira de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe  
E-mail: wjfo2001@ig.com.br

Nos últimos anos assiste-se a uma enorme produção de trabalhos sobre a temática dos “remanescentes quilombolas” no Brasil. Quando se examina, rapidamente, o lugar ocupado por essa temática nos recentes congressos de antropologia, percebe-se claramente que ela está presente, ainda que sob denominações diferentes, em várias mesas-redondas e grupos de trabalho, como também é objeto de moções e denúncias feitas em nome da própria associação profissional dos antropólogos. No que pese a grande proliferação de trabalhos e grupos de pesquisas sobre as “comunidades quilombolas”, ainda é muito pequena a produção teórica e conceitual referente a essa temática.

O livro de José Maurício Arruti, intitulado *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*, traz contribuições importantes para o enfrentamento atual de tal desafio teórico e conceitual. Ele tem como base sua tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, sob a orientação de João Pacheco de Oliveira, premiada no Concurso de Teses de Doutorado sobre Relações Raciais e Cultura Negra no Brasil, realizado pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB) e pela Fundação Ford, e no III Concurso EDUSC-ANPOCS de Obras Inéditas, na categoria Antropologia. Trata-se de uma investigação que dá continuidade a preocupações já explicitadas pelo autor referentes à dificuldade de construção de uma agenda

própria de pesquisas sobre a temática dos “remanescentes”, em função de a entrada de tal temática na antropologia brasileira ter sido fortemente influenciada pela premência de responder às demandas sociais e políticas (Arruti, 1997).

O livro começa com uma introdução em que os propósitos que orientaram a pesquisa e a elaboração da obra são amplamente abordados. Isso é feito com base na discussão dos principais problemas vinculados à própria formulação da “questão” dos “remanescentes” como objeto de análise, à delimitação do “campo empírico”, à realização da “etnografia” e à definição do “campo teórico”. Desde o início, o autor destaca que boa parte do debate acadêmico sobre os “remanescentes” tem como base laudos periciais e a necessidade de responder às demandas sociais e aos embates políticos, dificultando o que ele chama, com base em trabalho de João Pacheco de Oliveira, de “definição de uma pauta ‘propriamente antropológica’ sobre o tema” (2006, p. 33). Essa observação merece uma maior atenção por parte dos pesquisadores da área, na medida em que remete ao próprio papel de mediação exercido pelos antropólogos nos processos de identificação, reconhecimento e institucionalização de grupos e comunidades de “remanescentes”. Tal aspecto constitui uma preocupação que percorre todo o trabalho do autor. Primeiramente, porque ele deixa claro, desde o início, que tal obra resultou de reflexões originalmente “realizadas diante da pressão política das demandas sociais e das formulações e reformulações jurídicas e administrativas sobre a questão” (p. 27), as quais precisaram ser submetidas a investimentos totalmente renovados, ou mais precisamente, à busca de “um ponto de vista externo” ao fenômeno, “de forma a poder descrevê-lo” (p. 33). Em segundo lugar, no decorrer da análise, quando toma as discussões e as intervenções dos próprios antropólogos como parte integrante do “processo de formação quilombola”.

Essa forte vinculação da temática às demandas sociais e aos conflitos políticos está na origem de uma das dificuldades que se observam desde o momento inicial de delimitação do próprio “campo empírico” referente à categoria “remanescente de quilombos”. Isso porque as fronteiras estabelecidas entre “índios e negros” pelos mediadores e especialistas dificilmente correspondem ao que se observa

na realidade empírica. Pelo contrário, a comunidade de Mocambo, objeto do estudo, localizada no estado de Sergipe, é composta de 150 famílias que mantêm, desde longa data, relações territoriais, de parentesco e de trabalho com a comunidade indígena dos xocós. O próprio conflito envolvendo a demarcação de suas terras e o pedido de reconhecimento como “remanescentes de quilombos” foi influenciado pelo processo conflituoso de demarcação das terras já em curso entre os xocós. Desse modo, é a continuidade entre os dois conflitos, a relação que a população de Mocambo mantém com seus vizinhos e as mútuas implicações de suas lutas que constituem um aspecto importante de ser considerado empiricamente, em vez de estabelecer *a priori* uma fronteira entre tais comunidades.

A superação de tais dificuldades é indissociável da utilização de procedimentos metodológicos apropriados. Em primeiro lugar, está a ideia de utilização do procedimento comparativo, na medida em que ele possibilita trabalhar de forma sistemática “a complexidade dos processos de (auto)descoberta ou de (re)criação” (p. 32) dos quilombolas e dos indígenas como grupos étnicos. Em segundo, a realização do que chama de “etnografia nômade”, a qual consiste em buscar apreender o objeto nos contínuos fluxos (reuniões, festividades, documentos etc.) que atravessam tais grupos e os ligam a agentes e fenômenos encontrados em locais, escalas e tempos diversificados e que estão intimamente associados ao próprio processo de constante (re)definição identitária de tais “comunidades”. Em terceiro, e inseparável desses procedimentos, está o desafio de dar conta das inter-relações entre antropologia e história. Isso implica tomar o partido das análises processualistas e colocar no âmago da investigação a realização de uma etnografia atenta à historicidade própria do objeto e à apreensão da “cultura em movimento”, o que requer um olhar atento à história das agências, das categorias e das práticas produtoras da própria cultura e etnia. Mas, principalmente, que a etnografia leve a sério a análise de suas próprias condições sociais e históricas de realização, tornando uma constante da prática etnográfica a abordagem reflexiva tanto dos dados produzidos pelo trabalho de campo quanto dos próprios modelos explicativos obtidos com tais análises. Isso constitui um procedimento essencial para dar

conta de questões muito importantes referentes às formas de como considerar a memória, recusando a abordagem que a reduz a um “mito”, “justificação” ou fonte de “reconstituição do passado”, propondo que se faça dela uma das “formas pelas quais o presente se relaciona com o passado” (p. 38). Esse aspecto é particularmente pertinente quando se observa que a difícil manutenção de uma memória da escravidão no Brasil foi influenciada tanto pelas teorias e ideologias que negavam o passado da escravidão (teorias da miscigenação) quanto pela situação dos próprios negros que frequentemente se viam diante da dificuldade de manter uma memória do passado de escravidão, em função da própria necessidade de se integrarem e se afirmarem na sociedade pós-escravocrata. Assim, observa-se que é a atual redefinição identitária de tais comunidades como “remanescentes quilombolas” que tem permitido uma grande renovação das lembranças dos negros sobre o passado de escravidão.

Tais considerações estão na base do que se pode considerar como um dos principais conceitos vinculados ao campo teórico proposto pelo autor: a noção de “etnogênese” e, mais ainda, a proposta de um “modelo descritivo das etnogêneses” (p. 44-45). Tal formulação procura superar certas dificuldades vinculadas à definição de “grupo étnico” que se tornou corriqueira nos estudos brasileiros. O autor reconhece a pertinência da abordagem de Barth ao chamar atenção para as dimensões da autoatribuição e das fronteiras contrastivas, no sentido de enfatizar as dimensões processuais, políticas e relacionais de construção e existência de “grupos étnicos”. Todavia, tal perspectiva tem dificuldade em dar conta de como ocorre a passagem dessa dimensão interna e local para a categoria genérica e globalizante de caráter jurídico-administrativo. Segundo ele, isso ocorre porque tal perspectiva não leva em conta o Estado, de modo que, para superar tal dificuldade, o desafio é articular o conceito de “etnicidade” ao de “territorialização” (p. 40-41). Por isso, ele vincula tal questão às discussões sobre a “política de reconhecimento” que remetem à ideia de que as relações étnicas ultrapassam os limites estreitos do Estado nacional. Nessa ótica, remete às formulações de Taylor e Honneth sobre o “reconhecimento” com o intuito de superar as limitações da teoria da etnicidade e das próprias teorias clássicas das lutas e dos

movimentos sociais que se centraram na ótica “utilitarista” e do “interesse”, salientando a pertinência de integrar a “dimensão moral” na análise das lutas sociais. Tais leituras possibilitaram a diferenciação de dois aspectos principais vinculados aos processos de etnogênese: um externo, que diz respeito à existência do grupo na esfera pública; outro interno, relativo à sua própria autoidentificação, conforme o novo enquadramento categorial. Assim, pode-se considerar que o “desrespeito” a que está submetida a comunidade e que faz parte de sua identidade coletiva pode ser fonte tanto de “uma identificação moral” quanto da própria “mobilização coletiva” do grupo.

Sendo assim, *Mocambo* pode ser lido como um convite para encontrar respostas ao desafio de construção de uma agenda própria de pesquisa sobre a temática dos “remanescentes”, na medida em que propõe uma utilização mais cuidadosa e rigorosa dos conceitos de “identidade”, “mediação” e “etnogênese”. Trata-se, nesse sentido, de elaborar um modelo que dê conta, de forma integrada, de certas dimensões que são centrais aos processos de emergência e de formação de “comunidades quilombolas”: nominação, identificação, reconhecimento e territorialização. A aplicação desse modelo corresponde justamente às partes principais do livro, constituindo o fio condutor de todo o trabalho.

Assim, a primeira parte do livro se debruça sobre o que ele denomina “O processo de nominação”, que procura dar conta das dinâmicas próprias de emergência e de institucionalização dos “remanescentes de quilombo” como uma categoria jurídica e administrativa. Mesmo que seu estudo trate da comunidade de Mocambo, ele nos mostra, nessa parte, o quanto a análise de dinâmicas mais gerais vinculadas a modificações ocorridas no âmbito da ação estatal, dos movimentos sociais e das próprias intervenções dos antropólogos constitui ingredientes importantes na ressemantização da categoria que depois será objeto de mobilização no caso investigado.

Na segunda parte, intitulada “O processo de reconhecimento”, o autor segue o curso de acontecimentos, ações e eventos que possibilitaram o reconhecimento público de Mocambo como uma comunidade de “remanescentes quilombolas”, tratando da constituição de Mocambo tanto como um sujeito político na esfera pública local

quanto como um sujeito de direito na esfera jurídica e administrativa federal. A questão que ele enfrenta no decorrer dessa parte diz respeito à apreensão das condições e dos processos concretos que tornaram possível a transformação de uma situação local de dominação numa “gramática extra-local dos direitos fundamentais” (p. 125-126).

A terceira parte, intitulada “O processo de identificação”, descreve a dinâmica de instituição de uma coletividade não apenas como sujeito de direito, mas também como “fonte de pertencimento identitário” (p. 201), o que implicou a ruptura com o consenso tácito em torno da situação de dominação naturalizada para instituí-la como um “desrespeito generalizado”, bem como para associá-la a situações semelhantes dentro dessa categoria geral. Como ele mostra, no decorrer dessa parte, o “processo de identificação”, tal como se mostrou em Mocambo, nos coloca diante de um duplo movimento decorrente do trabalho de reinvestimento de significados sobre a memória local: por um lado, a ruptura com o silêncio e o esquecimento que constituíam estratégias de sobrevivência e de perpetuação do grupo; por outro, a atribuição ou a reinvenção da memória sobre o passado do grupo, de modo que ela possibilite uma reinvenção da própria história da comunidade. Também nesse aspecto a “descoberta” e a “assunção” têm uma dimensão exterior ou exógena na medida em que novamente foram mediadas pelos processos ocorridos entre os kariri-xocós.

A quarta e última parte do livro, intitulada “O processo de territorialização”, focaliza o processo de reorganização social, política, ecológica e cultural do grupo. Nessa parte, o autor nos mostra que a objetivação jurídico-administrativa de uma coletividade traz um conjunto de efeitos tanto no que diz respeito às suas formulações identitárias e fronteiras espaciais quanto em relação às suas formas de organização interna, suas hierarquias de autoridade e gestão dos seus recursos naturais. A pergunta mais geral que preside essa parte é a seguinte: em que medida a definição ou fixação de uma base territorial e jurídica acarreta mudanças significativas no funcionamento das instituições, nas práticas culturais, na constituição dos mecanismos de seleção dos dirigentes políticos e nas formas de controle e gestão dos recursos naturais? Esse questionamento é es-

sencial para rompermos com as perspectivas formalistas ou institucionalistas que reduzem o funcionamento e os conflitos comunitários à sua institucionalização jurídica e administrativa. Como o autor nos mostra, a dinâmica de territorialização introduz novas modificações internas e externas do grupo, trazendo à tona novos conflitos e demandas.

Como se pode ver, o livro de José Maurício Arruti levanta uma série de questões pertinentes aos interessados nos estudos das dinâmicas do poder e da política vinculadas aos processos de constituição de “comunidades quilombolas”. Nesse sentido, tal proposta dá continuidade às perspectivas *relacionais* no estudo das formulações identitárias, em oposição às chamadas abordagens *substancialistas*, ao mesmo tempo que traz contribuições inovadoras ao colocar o *trabalho político* de mediação e de atribuição identitária como aspectos fundamentais do processo de etnogênese. Sendo assim, não se trata de tomar as diferentes dimensões da etnogênese como fases ou etapas fixas na constituição de “comunidades quilombolas”, pelo contrário, ele nos mostra como tais dimensões são continuamente redefinidas e perpassadas por conflitos sociais e disputas políticas que envolvem tanto a própria identidade do grupo quanto o sistema de mediadores vinculados às demandas de tais comunidades. Assim, colocando-se numa posição intermediária, ele nos convida a romper definitivamente com as abordagens que opõem as dimensões “exógenas” e “endógenas” nas dinâmicas de formação de comunidades quilombolas. Para isso, articular as dinâmicas de atribuição categorial da identidade étnica às dimensões políticas e de luta por recursos de poder entre os grupos sociais constitui um dos aspectos mais importantes que sua análise traz à tona.

### Referências

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.

Recebido em: 24/08/2010

Aceite em: 28/09/2010